

Sociologia Digital: balanço provisório e desafios

Richard Miskolci*

Fernando de Figueiredo Balieiro**

RESUMO

Este artigo apresenta uma cronologia provisória da formação da Sociologia Digital no Brasil como um campo de pesquisa em consolidação. Em uma sociedade em que a conexão mediada em rede se tornou parte do cotidiano passando a reconfigurar as relações sociais, busca refletir sobre a importância de um campo de pesquisas com reflexão teórica e conceitual especializada. Inicia apresentando um balanço da área nos últimos anos, depois aborda debilidades teóricas e metodológicas que marcaram sua formação recente assim como seus avanços teóricos e metodológicos. Por fim, discute algumas de suas contribuições para a sociologia brasileira, sua inserção internacional, assim como uma possível agenda de pesquisa para seu desenvolvimento. Palavras-chave: Sociologia Digital; sociedade digital; relações sociais mediadas em rede; desafios teórico-metodológicos.

* Richard Miskolci é Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisador do CNPq e Coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Lançou recentemente *Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca de parceiros online* (Autêntica, 2017).

** Fernando de Figueiredo Balieiro é Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É pesquisador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade, do Núcleo de Estudos em Emoções e Realidades Digitais (NEERD/UFSM) e do Laboratório de Investigação Sociológica (LabIS/UFSM) e autor de diversos artigos na área de gênero, diferenças e mídias.

ABSTRACT

DIGITAL SOCIOLOGY: PROVISORY OVERVIEW AND CHALLENGES

This paper presents a provisory chronology for the formation of Digital Sociology in Brazil as a field of research in process of consolidation. In a society in which network mediated connection became part of everyday life reshaping social relations, it reflects upon the importance of a specialized field of research. Therefore, it begins presenting a provisory analysis of the area in recent years, later discusses theoretical and methodological fragilities that marked its creation as its recent advances. At last, it discusses some of digital sociology contributions for Brazilian sociology, its international insertion as well as a possible research agenda to its development.

Keywords: Digital Sociology; digital society; network mediated social relations; theoretical-methodological challenges.

A Sociologia Digital é uma área de pesquisa em construção e tem articulado um conjunto vasto e diverso da produção sociológica que, há aproximadamente duas décadas, investiga a emergência e a disseminação das tecnologias de comunicação em rede. Apesar de a Internet ter sido criada em 1969, foi apenas a partir de 1995 que ela foi transferida para a iniciativa privada disseminando-se socialmente, à época nas classes médias profissionais que detinham computadores de mesa conectados à rede telefônica até se popularizar na década de 2010 por meio dos *smartphones* (telefones inteligentes), equipamentos móveis cada vez mais baratos e simples de usar.

A principal característica da Internet é a de permitir comunicação a distância – e em rede – por meio da digitalização de conteúdos e mensagens, ou seja, sua transformação em sequências numéricas. Manuel Castells (2011 [1996]) foi pioneiro ao mostrar como o advento da revolução tecnológica foi fundamental na reconfiguração da economia capitalista permitindo a organização global de atividades, altamente complexas, de forma descentralizada. Alguns autores mais recentes (LUPTON, 2015; MISKOLCI, 2016) afirmam que vivemos a consolidação de um processo de transformação sociotécnica que fez com que passássemos de uma sociedade baseada em relações face a face para uma era em que as relações mediadas digitalmente e em rede tornam-se hegemônicas¹.

1 Segundo Richard Miskolci, ao nos referirmos a uma sociedade digital, o adjetivo “[...] não é uma definição técnica e, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado

Na virada do milênio, o alcance social da Internet se ampliou por meio da expansão da conexão por banda larga e a popularização dos computadores móveis e, na década de 2010, por meio da já mencionada disseminação dos telefones inteligentes². Desde então, a conexão mediada em rede se tornou componente do cotidiano de boa parte das pessoas não apenas facilitando a comunicação entre elas, mas – fato central para a sociologia – passando a moldar suas relações sociais. Não por acaso, é justamente neste contexto que alguns pesquisadores, especialmente no contexto anglo-saxão, começam a usar o termo Sociologia Digital para se referir a um conjunto heterogêneo de investigações que abordavam de questões metodológicas a novas problemáticas teórico-conceituais.

Ainda que haja registro do uso do termo Sociologia Digital desde ao menos 2009, é possível afirmar que ele ganha maior reconhecimento na disciplina a partir de 2013, ano da publicação por Kate Orton-Johnson e Nick Prior da primeira coletânea que reconhece a existência de uma área com objeto próprio de investigação assim como com problemáticas teórico-conceituais específicas. No Brasil, em 2016, é publicado o primeiro dossiê e artigos sobre Sociologia Digital escritos por brasileiros.

Este artigo intenta estabelecer uma cronologia provisória da formação da Sociologia Digital no Brasil como um campo de pesquisa em consolidação. Com este objetivo, inicia apresentando um balanço provisório da área nos últimos anos, depois aborda debilidades teóricas e metodológicas que marcaram sua formação recente assim como seus avanços teóricos e metodológicos. Por fim, discute de forma preliminar algumas de suas contribuições para a sociologia brasileira como disciplina científica, sua inserção internacional, assim como uma possível agenda de pesquisa para fortalecimento da sociologia digital.

pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como notebooks, tablets e smartphones), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas online (como Facebook, Twitter, YouTube)” (2016, p. 282-283).

2 O consumo e uso dos smartphones têm se expandido de forma exponencial, conforme revelam pesquisas diversas, a exemplo da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares elaborada desde 2005, como forma de suplemento, da pesquisa *Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Segundo a PNAD/IBGE de 2014, atestou-se que o acesso à internet via telefones inteligentes ultrapassou o uso por meio do microcomputador.

Balanco da área de Sociologia Digital

Um balanço da Sociologia Digital no Brasil se confunde com a pesquisa sobre sua formação em nosso país já que, como comentado anteriormente, trata-se de área recente e em processo de consolidação. Também decorre disso que tal balanço só pode ser provisório, pois retrair as origens de uma área em formação e consolidação envolve buscar vínculos plausíveis entre seus objetos de investigação atuais e os anteriores, deixando em aberto a hipótese de que não apenas continuidades, mas também rupturas entre as pesquisas atuais com as anteriores tenham contribuído para reconfigurar os antigos estudos sobre Internet, mídias digitais, sociedade da informação e capitalismo informacional no que hoje chamamos de Sociologia Digital.

Antes de avaliar as rupturas e reconfigurações no próximo item, neste faremos um breve balanço dos estudos prévios. Reconhecendo a importância de pesquisas já realizadas de caráter quantitativo e sistemático a respeito das publicações sobre internet e mídias digitais no Brasil (Cf. BRAGATO; NICOLÁS; SAMPAIO, 2012; AMARAL; MONTARDO, 2011) e reflexões mais voltadas às transformações na abordagem da sociabilidade possibilitada pelas tecnologias de informação (Cf. CARNEIRO; DWYER, 2012), realizamos um levantamento preliminar e qualitativo das publicações das temáticas que compõem algumas das questões centrais da Sociologia Digital a partir de três frentes:

1. um levantamento da produção sociológica brasileira desde 2003 feito a partir de bases como Scielo, do portal de periódicos CAPES, além de consulta a algumas das principais revistas de Sociologia e das Ciências Sociais. O início da pesquisa em 2003 se justifica pela abordagem centrada na generalização da conexão mediada em rede, fenômeno que começa a se consolidar por volta desta data no Brasil com a disseminação do acesso por meio de provedores gratuitos, da banda-larga a preço acessível e a chegada das redes sociais. Por não ser o foco central deste artigo e não se encontrar na delimitação temporal estipulada, não incorporamos a rica e inovadora produção sociológica brasileira sobre capitalismo informacional que data, ao menos, desde “Um salto no escuro” (1989), artigo pioneiro de Tom Dwyer. Pela mesma razão, outras produções que versam sobre a adoção das tecnologias no fazer sociológico ou

sobre “metodologias informacionais”, como o dossiê organizado por José Vicente Tavares na revista *Sociologias* (2001), foram incorporadas apenas de forma tópica;

2. a consulta aos anais dos congressos anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) desde 2003, congressos de caráter nacional e representativos das associações das áreas das Ciências Sociais e da Sociologia e;
3. a comparação entre o que vem sendo desenvolvido no Brasil e a consolidação internacional de um novo campo de investigação da chamada Sociologia Digital. O foco nos artigos se deu pela ausência de livros especializados em nosso país enquanto, desde 2013, coletâneas marcam a produção na área no exterior;

A realização da pesquisa se deu a partir da busca por meio de palavras-chave nos sistemas da Scielo e dos Periódicos CAPES, e o levantamento teve como foco as publicações em periódicos de Sociologia, não abordando, portanto, as publicações em outras áreas, como Comunicação Social, Educação, Computação, dentre outras, embora tenha levado em consideração alguns dossiês importantes realizados na área das Ciências Sociais compreendidas de forma mais abrangente, ou seja, englobando a Ciência Política e a Antropologia. Acompanhamos a publicação número a número de algumas revistas da área de Sociologia e outras mais abrangentes dentro das Ciências Sociais, dentre as quais se destacam Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Sociologias, Cadernos CRH, Estudos Avançados, Cadernos Pagu, no intuito de encontrar artigos não apreendidos pela busca inicial.

Também foram consultados os anais dos Simpósios Temáticos (STs) e Grupos de Trabalho (GTs) dos congressos anuais e bienais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), observando a concentração das pesquisas sobre mídias digitais e internet em alguns grupos específicos. A análise se pautou pela observação das mudanças recentes nas abordagens, temáticas e metodologias em relação à própria consolidação do ecossistema

de plataformas online correlato ao desenvolvimento da chamada web 2.0³, considerando diferenças de abordagem de acordo com o período da publicação, além da sofisticação do debate no decorrer do tempo. Nos encontros da ANPOCS, verificou-se em 2003 a condensação dos temas relativos à Sociologia Digital no GT denominado *Sociedade da informação: redes sociais, fundamentos da sociabilidade e transformações dos processos políticos*, cujos organizadores foram Tom Dwyer (Sociologia/Unicamp), Francisco Coelho dos Santos (Sociologia/UFMG) e Theophilos Rifiotis (Antropologia/UFSC). O mesmo GT deixou de existir após 2005 e, a partir do ano de 2010, as temáticas passaram a ser condensadas no GT *Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura*, organizado por Sérgio Amadeu da Silveira (Sociologia/UFA-BC) e Sergio Soares Braga (Ciência Política/UFPR) e, posteriormente, por Rafael Cardoso Sampaio (Ciência Política/UFPR), direcionando a ênfase das discussões sobre tecnologias digitais para as questões de como elas foram peça-chave de uma reconfiguração da participação política e da democracia na sociedade contemporânea.

Nos congressos organizados pela SBS, é possível verificar a relativa condensação dos temas relativos ao digital no ST *Sociedade da informação e Sociedade do Conhecimento* ocorrido em 2007 e 2009, o qual deixou de ocorrer em 2011, quando se formou o GT *Sociologia do Conhecimento e Metodologias Qualitativas*, menos voltado ao estudo das mídias digitais e internet. Anteriormente, em 2005, ocorreu o GT *Sociedade da informação* e, em 2003, o GT se chamava *Sociedade da Informação e Metodologias Informacionais*⁴, ambos aglutinando pesquisas voltadas às temáticas da cibercultura, das mídias digitais, das novas metodologias de pesquisa que fazem uso das tecnologias digitais, dentre outras questões.

Em ambos os congressos, apresentações em torno da temática também se fizeram presentes nos demais GTs ou STs na medida em que os objetos

3 Web 2.0 pode ser compreendida como a emergência de um conjunto pequeno e articulado de plataformas de interface simples, voltado à intensificação da sociabilidade e concentrando os usos da Internet. Ela abriu caminho para pesquisas, mesmo que focadas em aspectos diversos, sobre a mudança nas formas de uso da internet de um modo instrumental para outro relacional, no qual os seus usuários seriam mais interativos, participativos e colaborativos (SANTOS; CYPRIANO, 2014). Para uma visão crítica a essa definição de Web 2.0, consulte Van Dijck (2016).

4 No mesmo congresso, uma mesa redonda intitulada "Metodologias Informacionais e o futuro das Ciências Sociais" foi realizada com a participação de Nelson do Valle Silva (IUPERJ), João Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), Claudio Beato (UFMG) e Tom Dwyer (UNICAMP).

de pesquisa aproximados de outras temáticas se encontravam em interface com o uso da internet. Os títulos dos Grupos de Trabalho gravitavam em torno da problemática da chamada *Sociedade da Informação* ou *Sociedade do Conhecimento*, abordando a internet e/ou mídias digitais como parte das transformações contemporâneas do capitalismo e seus vínculos com o advento das tecnologias de informação e comunicação, tratando-se, portanto, de uma reflexão teórica de ênfase predominantemente econômica.

Assim, é possível afirmar que no contexto brasileiro se deu processo similar ao observado por Deborah Lupton na esfera acadêmica anglo-saxã, ou seja, nos estudos culturais (o que no caso brasileiro equivale, aproximadamente, à produção na área de comunicação e, em parte, na antropologia), predominou por cerca de uma década o interesse em cibercultura, enquanto, na sociologia, predominaram objetos mais próximos da “sociedade da informação” ou de uma “sociologia das tecnologias da informação”. Segundo a socióloga australiana: “o foco ‘ciber’ dos estudos culturais enfatiza as dimensões futurísticas, de ficção científica das tecnologias computadorizadas enquanto termos referindo-se a ‘tecnologias da informação’ dirigem a atenção ao uso real, factual e utilitário de tais equipamentos para acessar informação” (LUPTON, 2015, p. 13).

A problemática dos grupos de trabalho e simpósios temáticos da ANPOCS e da SBS estava sintonizada com uma obra cuja referência era fundamental em vários dos trabalhos apresentados, a do espanhol Manuel Castells que, em sua trilogia *A Sociedade em Rede*, aborda a formação do que chama de capitalismo informacional. A despeito disso, os mesmos GTs abriram espaço para pesquisas com perspectivas teóricas distintas e com objetos variados. Teoricamente, entre meados da década de 1990 e início da década seguinte, além das obras de Castells, também foram referência do campo em construção as contribuições do filósofo canadense Pierre Lévy (1999) e da teoria ator-rede desenvolvida por Bruno Latour (2005) e Michel Callon (1987).

A partir do levantamento dos artigos de periódicos e dos *papers* dos congressos, é possível elencar alguns eixos de pesquisa predominantes: (1) *movimentos sociais, formas de ação coletiva e “ciberativismo”*, eixo em que se destacava a reflexão sobre o surgimento de novas dinâmicas de ação coletiva possibilitadas pela incorporação da Internet pelos antigos e novos movimentos sociais; (2) *mídias digitais, afetividades, gênero e sexualidade*, eixo que explorou as transformações no que diz respeito aos agenciamentos e formas

de controle que marcam as novas configurações subjetivas que incidem sobre as relações afetivas e sexuais, bem como no que diz respeito aos processos dinâmicos e complexos de identificação no que tange a gênero e sexualidade; (3) *cibercultura e ciberespaço*, área que focou principalmente em usos segmentados e/ou grupais das novas tecnologias e plataformas configurando subculturas como a dos adeptos do *Second Life*⁵, os aficionados por jogos online etc., frequentemente em uma perspectiva antropológica; (4) *práticas e instituições sociais*, focado na abordagem das transformações no âmbito do trabalho, das organizações e das práticas educativas; (5) *desigualdades e inclusão digital*, focalizando as formas de acesso e do uso da internet de acordo com a estratificação social e as possibilidades de democratização do acesso; e (6) *reflexões metodológicas*, eixo que priorizou as mudanças e desafios do fazer pesquisa em Sociologia com e em um mundo mediado pelas tecnologias digitais.

Antes de entrar propriamente nos dados trazidos por nosso levantamento, cumpre salientar que outras análises já apontaram mudanças de tendências na análise da Internet e das mídias digitais. Bragato, Nicolas e Sampaio (2012), respaldados em Coleman (2009), argumentam que, se inicialmente as pesquisas eram voltadas às temáticas da internet e política e se davam em termos vagos, mais abrangentes sobre ciberespaço, sobre as mudanças potenciais ou efetivas da sociedade com o advento das mídias digitais e da cibercultura, progressivamente elas deram lugar a estudos empíricos voltados a objetos mais específicos, articulados à compreensão de que a internet agrupa uma série de práticas, plataformas, usos e relações sociais específicos. De forma geral, essa é também a tendência expressa nos artigos e *papers* que encontramos, dentro do período por nós estudado, já voltados a estudos cada vez mais específicos de plataformas, aplicativos, games assim como voltados a usos situados da rede por diversos grupos sociais, autoridades políticas e instituições.

Em parte, tal foco voltado a objetos específicos relacionados ao digital se desenvolveu como uma contrapartida da exigência do campo de pesquisa que, mesmo que não intencionalmente, passava a tangenciar as mídias digitais. É perceptível que tal desdobramento ocorreu na área de Antropolo-

5 O *Second Life* é um ambiente virtual tridimensional, criado em 1999, que simula uma vida paralela para seus usuários por meio da construção de avatares personalizados. Para uma análise teórico-metodológica dos usos do *Second Life*, consulte Gomes e Leitão (2013).

gia, suscitando reflexões metodológicas. Observa-se, desde meados dos anos 2000, um esforço de legitimar as ferramentas de pesquisa voltadas às realidades digitais. Dada a centralidade que a etnografia possui na Antropologia e como os usos das plataformas de comunicação mediada em rede começaram a aparecer no desenvolvimento de pesquisas as mais diversas, antropólogos/as se depararam com a necessidade de reflexão metodológica, a começar pela de legitimar uma abordagem etnográfica em uma realidade digital/virtual. Uma série de reflexões sobre o tema foi publicada em importante dossiê da revista Horizontes Antropológicos (v. 10, n. 21, 2004), organizado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, o qual trouxe de forma pioneira o debate sobre a internet como campo de investigação antropológica⁶. Partindo de pesquisas voltadas ao chamado ciberespaço e suas formas de interação específica, já que os objetos/sujeitos de pesquisa transpassavam o online e o off-line, passa-se cada vez mais a questionar a divisão entre essas duas esferas, abordando as interações e interfaces entre elas.

Na Sociologia, movimento similar ocorreu em termos internacionais. Ana Maria Carneiro e Tom Dwyer (2012) definem três gerações de estudo da sociabilidade on-line, marcadas por: em um primeiro momento, quando o uso da rede era restrito e feito basicamente por especialistas entre os anos 1970 e início dos 1990, predominaram estudos sobre os impactos tecnológicos na vida social que tenderam a diagnósticos distópicos; em um segundo momento, a partir da disseminação comercial da Internet em meados da década de 1990, novas pesquisas buscaram analisar a sociabilidade online de forma contextualizada e centrada nos usos das tecnologias e plataformas on-line; e, em um terceiro momento, centrando-se no fenômeno das redes sociais e da ubiquidade da internet, questionando certas dicotomias que fizeram parte do repertório analítico anterior, como, por exemplo, na distinção entre real e virtual, reconhecendo que vivemos em um contínuo *online-off-line*.

Na década de 2010, ganha força a percepção de que as relações face a face deixam de ser o centro incontestável da vida contemporânea, o que obrigaria a sociologia, cujas metodologias, teorias e conceitos criados a partir de uma realidade sem (ou com pouca) mediação tecnocomunicacional, a encarar o desafio de investigar objetos que envolvem relações sociais media-

6 Agradecemos a Larissa Pelúcio pelas informações passadas sobre a questão da inserção das temáticas das mídias digitais no debate antropológico.

das digitalmente. Criam-se as condições para que os estudos sobre Internet, mídias digitais, sociedade da informação e afins se reconfigurem como uma área emergente dentro da disciplina, voltada a sanar as deficiências teóricas, metodológicas e conceituais anteriores assim como tornar a sociologia mais afeita à investigação das relações sociais mediadas no presente. Em suma, começa a emergir a Sociologia Digital.

Histórico das deficiências teórico-metodológicas e avanços recentes

Hoje, temos condições de reconhecer como deficiência teórica dos estudos sobre as relações sociais mediadas digitalmente – e que teve consequências metodológicas e de pesquisa – a separação conceitual entre online e off-line que, nas décadas de 1990 e 2000, era expressa na oposição real-virtual. Tal equívoco derivou da compreensão de que a Internet constituiria um espaço relacional distinto do qual vivíamos nosso cotidiano. O chamado “ciberespaço” teria regras próprias e as relações vividas nele seriam moldadas por suas características. Segundo Nancy Baym, “a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada” (2010, p. 152).

O mito do ciberespaço gerou expectativas de descorporificação e desterritorialização que marcaram as primeiras pesquisas e análises sobre a rede na década de 1990. Muitas pesquisas do período referido discutiam a criação de um outro self online (TURKLE, 1995), do desenvolvimento de relações amorosas não pautadas na aparência física dos envolvidos, da superação dos limites da localização no estabelecimento de laços e sua manutenção. Não tardou para que fosse revelado o aspecto equivocado ou limitado dessa interpretação que tende a sobre-enfatizar as tecnologias em relação aos enquadramentos socioculturais dos relacionamentos que também influenciam decisivamente nos usos das tecnologias digitais.

O desenvolvimento de uma sociabilidade digital se deu, acentuando a convergência de tecnologias e intensificando as interpenetrações entre online e off-line, pelo entrelaçamento de suportes materiais diversos, como os *scanners* na década de 1990 e, no novo milênio, o acoplamento de câmeras

digitais nos equipamentos de conexão, consolidando o caráter imagético das relações em rede assim como a centralidade do corpo – especialmente em versões modelares inspiradas na mídia de massa – nas relações, o que, aos poucos, impactou os estudos sobre amor, sexualidade e afetos criados online (BELELI, 2015; PELÚCIO, 2015; MOWLABOCUS, 2010; SCHAEFFER, 2013).

A questão da territorialidade e de seus vínculos com as tecnologias digitais ainda está em processo de amadurecimento. Ainda que a rede efetivamente aproxime as pessoas criando experiências de relações a distância mais contínuas e intensas, ela não se desprende completamente do territorial. Nossa própria vivência do espaço tem sido alterada por meio do uso cotidiano de aplicativos que associam mapas ao GPS. Na visão de pesquisadores como Scott McQuire (2015), a convergência entre vida urbana e tecnologias mediadas em rede tem criado cidades-mídia. Os sociólogos Roger Burrows e David Beer (2013), na mesma linha, afirmam que não é mais possível separar um espaço de lugares de um espaço de fluxos, de forma que é necessário repensar a prática sociológica no contexto em que a informação e os sistemas urbanos se mesclam⁷. Miriam Adelman et al (2015), voltados à reflexão sobre as formas de identificação dos jovens “campeiros” do sul do Brasil, apresentam reflexões sobre como o advento das mídias digitais teceu uma malha discursiva mais ampla reconfigurando as identidades entre o rural e o urbano, tornando problemática a distinção estanque entre essas duas categorias, bem como entre tradição e modernidade.

Em relação ao engajamento político, até recentemente predominaram expectativas sobre o possível aprofundamento da democratização das relações sociais e da sociedade com suas instituições. Assim, predominaram estudos sobre o papel da internet nas organizações de antigos e novos movimentos sociais, de maneira que as novas mídias foram analisadas em seu potencial de alinhamento de estratégias e formação de coalizões e alianças de alcance global (MACHADO, 2007), nas possibilidades de luta contra-hegemônica pelo uso extensivo e intensivo das referidas mídias (GAJANIGO; SOUZA,

7 As zonas urbanas passam a ser marcadas como vivas (mais conectadas) ou mortas (com menor ou até mesmo sem conexão) definindo espaços interativos e moldando relações regidas por códigos que desconhecemos. Na esfera dos estudos sobre as buscas amorosas, por exemplo, é patente como o território molda as interações e define as possibilidades de maneira que o uso de aplicativos de paquera não desterritorializam a busca, antes incentivam a circulação pelas áreas com maior prestígio no perímetro urbano e concentração dos parceiros socialmente mais valorizados (cf. MISKOLCI, 2017).

2014), nas novas formas de ação coletiva com o advento das tecnologias, práticas e contextos trazidos pela internet (CASTAÑEDA, 2014) etc. Em um âmbito internacional, Castells (2013) analisou uma série de mobilizações de massa que se deram a partir de 2010 em vários contextos nacionais, marcados pelo uso intensivo da internet e das redes sociais.

Pesquisas que poderiam ser consideradas otimistas ou utópicas sobre os potenciais da Internet para a organização política e a ação coletiva passariam a ser problematizadas a partir de fenômenos da década de 2010, como as Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, as eleições de 2014, as manifestações pró e contra o Impeachment de Dilma Rousseff, o BREXIT no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Tais evidências empíricas demandam a revisão das expectativas do uso estratégico das novas tecnologias pelos movimentos sociais de maneira a fortalecer demandas políticas voltadas à democratização das relações sociais e ao combate a diferentes formas de desigualdade, já que nos deparamos atualmente com fenômenos opostos aos esperados, como a organização política de setores conservadores e defensores de interesses corporativos.

Recentemente, vimos a emergência de críticas que problematizam como a internet não pode ser pensada como algo instrumental nas mobilizações sociais e como a horizontalidade das redes não apaga as relações de poder (ALCÂNTARA, 2016). Na visão de alguns sociólogos como Debra Ferriday (2013), as tecnologias digitais podem ser vistas como criando sujeitos neoliberais mesmo porque se baseiam no acesso individual que prioriza os interesses pessoais em relação aos coletivos ou comunitários. Tal fato é reconhecível na forma como lutas políticas de reconhecimento das diferenças de gênero, sexualidade e raça têm transformado a asserção feminista de que o pessoal é político em uma versão utilitária e individualista que faz do político algo pessoal, uma forma de empreendedorismo de si cada vez mais disseminada nas redes sociais. Nelas, questões políticas também tendem a ser reduzidas a discussões morais.

Ao invés da construção de consensos, as redes sociais têm criado conflitos reconhecidos analiticamente como “bolhas de opinião” que se formam/expressam nas plataformas online por meio da automatização das formas de comunicação direcionadas por algoritmos, o que reforça a troca entre pessoas e grupos com opiniões semelhantes e desencoraja a divergência de opinião. Além disso, as interações sociais em rede também têm se revelado

um meio para a disseminação de discursos de ódio (BELELI, 2016) e formas diversas de perseguição, assédio e linchamento online.

Análises sociológicas apontam que os sujeitos digitais contemporâneos passam a ter sua agência moldada por um inconsciente tecnológico (THRIFT, 2004; BURROWS; BEER, 2013), formado não apenas por algoritmos, códigos e padrões cibernéticos, mas especialmente por transformações culturais catalisadas por eles. Hoje sabemos que redes online também são desiguais e moldadas por nódulos que detêm mais poder e articulam mais pessoas. Buscando desenvolver um arsenal teórico para dar conta das relações de poder nas sociedades informacionais, Sérgio Amadeu da Silveira sugere uma perspectiva profícua de incorporação das reflexões de Castells, Foucault e Deleuze para a abordagem das sociedades em rede caracterizadas por uma “crescente interatividade entre os indivíduos [que] se dá a partir de intermediários tecnológicos baseados em arquiteturas de controle” (2014, p. 18 – colchetes nossos).

No que envolve as pesquisas sobre desigualdade de acesso à Internet e que alguns chamam de exclusão digital, uma de suas consequências – esperadas ou não – foi a de reforçar resistências contra a importância dos estudos sobre as relações mediadas, já que elas não teriam se tornado ubíquas, especialmente em um país altamente desigual como o Brasil. Atualmente, as reflexões sobre limites ao acesso não permitem mais imaginar que as relações sociais mediadas por tecnologias informacionais têm impacto restrito e/ou circunscrito a certos estratos sociais privilegiados, já que mesmo os sem acesso têm suas vidas transpassadas por essas tecnologias, quer de forma indireta, por se relacionarem com aqueles que estão online, quer de forma direta, por estarem nos bancos de dados estatais e comerciais. Ainda há que se considerar que as tecnologias de informação, em especial os telefones inteligentes, são crescentemente objetos de consumo das classes populares, desafiando novas pesquisas sobre os usos das mídias relacionados à estratificação social.

Tal vertente de investigação passa por uma reconfiguração em um contexto de expansão do número de pessoas conectadas tendo que abordar desde as habilidades digitais dos usuários, suas formas de apropriação e uso até outras formas de desigualdade que vão muito além do binário conectado ou excluído digital, relacionando não apenas os critérios de classe, mas também os de geração, gênero, dentre outros. Jan A. G. M. van Dijk (2013) sublinha a

necessidade de investigar o individualismo de uma sociedade moldada predominante ou hegemonicamente por redes online, o que apresenta o desafio de reconhecer e analisar as novas características de seleção e competição definidas por competências e habilidades desiguais assim como reforçadas por posições diferenciais em redes sociais diversas que definem o acesso desigual aos recursos culturais e materiais em nossos dias.

Uma importante deficiência encontrada nos estudos feitos até hoje sobre os usos das mídias digitais envolve a insuficiente teorização sobre a continuidade e convergência midiáticas nas relações em rede. O tema da convergência remete às reflexões de Henry Jenkins sobre a chamada “cultura da convergência”, “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 27). O autor aborda a convergência dos meios de comunicação a partir de um foco que valoriza o(s) usuário(s), a partir das noções de cultura participativa e inteligência coletiva.

Castells (2013) lida com a mesma temática por meio da reflexão de como as mídias convencionais em vez de desaparecerem passam a tomar outras configurações com as tecnologias digitais. Ainda que o autor também reforce as mudanças nas relações entre produtor e receptor, ele apresenta um quadro mais complexo das novas formas de reconfiguração das mídias, reiterando tendências à oligopolização, segmentação e diversificação, formação de grupos empresariais multimídia e convergência crescente entre empresas de comunicação, de computadores e de internet.

Corroborando com as leituras dos autores supracitados, as plataformas de socialização online não substituíram as antigas mídias (jornais, revistas, canais de tevê, cinema etc.), antes aprofundaram a exposição aos usuários dos seus conteúdos, os quais são os mais consumidos e compartilhados nas redes sociais. Assim, ao invés das novas mídias destruírem as antigas, aquelas tendem a incorporar estas e, algumas vezes, até reforçar seu poder de influência cultural e política.

Chegamos à importância dada aos megadados como fonte de pesquisa assim como ao pouco reconhecimento dos “dados pequenos” (*small-data*) como fonte empírica inestimável para a pesquisa social em nossos dias. A temática dos megadados envolve o fato de que os cliques mais prosaicos de nossas navegações passam a ser passíveis de apreensão por organizações

empresariais e governamentais. Nossas transações, compras, ligações e uso do GPS nos fazem sujeitos que deixam rastros digitais, permitindo que nossas ações sejam registradas servindo de base para a criação de megadados que servirão a objetivos diversos e difusos, sejam eles comerciais, governamentais ou até mesmo fonte para o aprimoramento – leia-se sucesso comercial - das próprias plataformas online.

Preocupações sociológicas voltaram-se mais às consequências da extração comercial e estatal de megadados e à possibilidade de também fazer uso deles, por meio do uso de softwares de análises de dados, para o fazer sociológico. Foi nesse contexto que o termo Sociologia Digital apareceu pela primeira vez no Brasil no artigo de James Witte (2012) sobre questões metodológicas, publicado no periódico *Sociologias* (UFRGS). Para o autor, a Sociologia Digital surgiu como consequência das profundas mudanças sociais trazidas pela Revolução Tecnológica, impactando no fazer ciência, ao assumir que o mundo após a revolução da informática criou novas ferramentas analíticas para garimpar, extrair e codificar estes dados.

Embora o termo Sociologia Digital tenha sido empregado pela primeira vez em produções nacionais apenas recentemente, a discussão a respeito das “metodologias informacionais ou computacionais” não é nova, tendo sido conduzida de forma crítica por pesquisadores como José Vicente Tavares dos Santos (2001) e Tom Dwyer (2001; 2004). Tais reflexões se estendem ao presente. Leonardo Nascimento (2016) reflete sobre como o advento das TIC impactam no próprio ofício da Sociologia. De maneira abrangente, o autor aborda os desafios colocados desde a produção massiva de dados, cujos efeitos socioculturais incidem cotidianamente sobre a vida social, gerando novas questões sociológicas, até as novas possibilidades de acessar, analisar e cruzar variáveis com velocidade em computadores pessoais e softwares acessíveis, em especial com o advento e difusão de softwares de análise qualitativa, configurando novas exigências à pesquisa sociológica.

Os megadados trouxeram discussões sobre as novas formas de controle social e exploração midiático-comercial das relações sociais no presente assim como originaram reflexões metodológicas para lidar com essa nova realidade. Por sua vez, tal perspectiva deixou de explorar outras novidades, como o fato de que nas relações mediadas digitalmente tudo passa a ser documentado criando um arquivo crescente e rico para a pesquisa social qualitativa (o que alguns tratam como *small-data*). Frequentemente os ar-

quívos gerados pelas interações mediadas abrem aos investigadores um domínio inexplorado até recentemente, já que as plataformas de socialização permitiram a circulação de formas de comunicação cujo conteúdo antes era relegado à privacidade⁸.

A histórica incorporação das ferramentas computacionais para a pesquisa social ganhou novo impulso com as possibilidades abertas pelas novas tecnologias como: a de recompor digitalmente arquivos históricos tornados ilegíveis pelo tempo; a de reconstituir geolocalizadamente a história dos grandes centros urbanos; e a possibilidade, talvez mais questionável, de interrogar o social a partir dos dados disponíveis nas redes sociais e plataformas afins. A garimpagem de dados desenvolvida com fins de pesquisa de opinião pública, por exemplo, conflita com a perspectiva sociológica que, a partir dos dados, busca reconstituir processos sociais dos quais eles fazem parte ou são apenas uma de suas formas de expressão.

Análises sociológicas não se tornarão melhores apenas por incorporarem mais dados em termos numéricos, assim como não se tornarão necessariamente mais precisas pelo uso de ferramentas tecnológicas. Há uma efetiva explosão na oferta de dados, os quais – pelo seu caráter digital – favorecem sua quantificação e tratamento por meio de softwares, mas tal criação de dados e arquivos exige análise como resultado de transformações sociais recentes. Em outros termos, nas reflexões metodológicas originadas no contexto digital, há ainda uma tendência a priorizar os dados confundindo-os com a sociedade que os produz (ATHIQUE, 2013, p. 262). A emergência de uma variedade cada vez maior de programas de análises de dados quantitativos deve ser acompanhada de crítica, de forma a evitar a um fetichismo tecnológico/computacional que vê no desenvolvimento tecnológico uma superação absoluta dos métodos e técnicas de análise prévios, bem como desconsidera a importância da pesquisa qualitativa baseada na capacidade sinóptica do analista.

Trata-se de uma preocupação já ressaltada por pesquisadores que trouxeram na década passada ao debate nacional as possibilidades e as reconfigu-

8 Entre os exemplos de dados inéditos aos quais tivemos acesso desde o advento da internet, estão os que envolvem as relações íntimas daqueles e daquelas que buscam parceiros amorosos e sexuais por meio de bate-papos, sites de anúncios e aplicativos de paquera assim como os bilhetes de suicidas deixados online. Além das vinganças sexuais com exposição de fotos íntimas, atingindo, sobretudo, mulheres jovens, mas também celebridades.

rações do fazer sociológico com o advento das tecnologias digitais. Considerando a possibilidade e extensão do uso combinado e aplicado de diversos métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa com os recursos digitais e computacionais, assim podendo reforçar o exercício de vigilância epistemológica, José Vicente Tavares dos Santos propõe uma sociologia informacional na qual “a utilização de uma série de metodologias informacionais, quantitativas ou qualitativas, exige, como condição do rigor, que se proceda à crítica reflexiva das técnicas e dos procedimentos, orientados pelos princípios da *incerteza multiramificada* e da *interrogação permanente* (Morin, 1991, p. 243)” (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 139).

Por fim, mas não por menos, para além da ênfase nos aspectos de uma economia política da comunicação e de forma mais complexa e matizada do que uma leitura instrumental da tecnologia que pressuporia a preponderância dos desejos, escolhas e estratégias dos consumidores nas formas de recepção midiática, coloca-se o desafio de se pensar nas dimensões subjetivas presentes na sociabilidade mediada. A passagem da tela grande do cinema para a pequena da televisão até às menores dos smartphones marcou não apenas a passagem do entretenimento público para o doméstico até o individual, mas sobretudo a crescente exposição à mídia, da eventual visita ao cinema, passando pela audiência diária à TV até chegarmos às atualizações constantes nos celulares conectados em rede.

Talvez o grande atrativo das relações mediadas, especialmente as desenvolvidas nos serviços de rede social como Facebook, Instagram, dentre outros, esteja em sua funcionalidade de conversão dos antigos espectadores das mídias de massa em uma espécie de protagonistas em rede. Ao passar a viver para uma audiência particular nas plataformas de socialização, os usuários aprendem a se apresentar, adotar estratégias de marketing pessoal assim como a competir entre si por reconhecimento, popularidade e protagonismo criando um self midiático que extrapola o online para o off-line, modificando os sujeitos em termos subjetivos, corporais e até morais.

Nenhuma prática cultural sintetiza melhor isso do que a *selfie*, o ato de fotografar a si próprio para exposição a um público, o que só foi possível após a incorporação das câmeras digitais nos celulares, os mesmos equipamentos usados para postar em redes sociais. As redes sociais e demais plataformas de socialização, portanto, não são uma ferramenta neutra tampouco mera facilitadora de contatos, já que passam a modificar as relações sociais

de seus usuários. Vivemos no presente a expansão, e, em alguns casos, o aprofundamento, do fenômeno social teorizado, na década de 1950, pelo sociólogo David Riesman (1967) como a passagem de um self interiorizado para outro criado para a aprovação dos outros⁹.

Na perspectiva de investigadoras como Sherry Turkle (2011), as relações mediadas estariam criando subjetividades com dificuldades relacionais devido ao predomínio de relações editadas, sem espontaneidade e com menor exposição emocional dos envolvidos. Sob outro ângulo, Van Dijck (2016, p. 40) relaciona a emergência de uma nova infraestrutura tecnológica, centrada nas novas plataformas online, com o advento de formas sofisticadas de normalização que operam a modificação de hábitos do usuário.

Em termos sociológicos, a hegemonia das relações mediadas impõe o desafio de refletir sobre suas características que incidem diretamente sobre os laços sociais, sua formação, expansão, manutenção ou rompimento. A relação indivíduo-sociedade tem sido transformada por meio de sua organização mediada em rede, sobretudo pela criação de novos eixos de identificação e afinidade que – até o presente momento – parecem passar dos macrorreferentes, como a nação, para os microrreferentes, como os envolvendo experiências pessoais referentes ao gênero, a sexualidade e a raça, por exemplo¹⁰. O caráter densamente emocional das tecnologias comunicacionais em rede pode ser um dos responsáveis por tendências individualistas que se revelam também anti-institucionais (PATTON, 2015) ou, ao menos, um de seus principais catalizadores nos anos mais recentes.

9 No Brasil, Paula Sibilia (2008) publicou estudo sobre o tema intitulado *O show do eu: a intimidade como espetáculo*.

10 Benedict Anderson (1991) argumenta que os romances e a mídia impressa foram fundamentais em uma das formas de identificação predominantes na modernidade: a identidade nacional, permitindo a sensação de simultaneidade em relação aos demais membros da nação, algo que se expandiu de fato a partir do advento dos meios de comunicação de massa, em especial o rádio. Enquanto a identidade nacional se caracterizava pela homogeneidade e sendo uma identidade atribuída, as formas de identificação contemporâneas se baseiam no que Castells, dentre outros autores, chama de individualismo em rede, caracterizado não pelo suposto isolamento, mas pela disposição seletiva a certas redes de comunicação, em busca de construção de um mundo cultural baseado em preferências e projetos, estes, mais instáveis e mutantes, moldados em interesses e valores pessoais (CASTELLS, 2015, p. 174).

Sociologia Digital: inserção internacional e uma possível agenda de pesquisa

A ascensão da Sociologia Digital como área de análise crítica sobre o uso das tecnologias de comunicação em rede coincide com o reconhecimento de muitas das debilidades teóricas, conceituais e metodológicas que marcaram os estudos prévios, os quais foram, em sua grande maioria, desenvolvidos em outras áreas da disciplina e não reconheciam ainda o processo em andamento que tornaria as relações mediadas centrais no presente, no qual a conectividade perpétua (CASTELLS, 2011) já é uma realidade.

O desenvolvimento de tais pesquisas que envolvem o aprofundamento das investigações sobre as relações sociais mediadas digitalmente faz com que emirjam análises mais críticas e realistas sobre as potencialidades das mídias digitais, que levem em consideração, entre outros fatores, seu crescente domínio corporativo, a existência de formas de vigilância estatal, de controle algorítmico da sociabilidade mediada por plataformas e as transformações nas relações sociais advindas de sua mediação “perpétua” em rede e envolvendo maior exposição a conteúdos midiáticos e comerciais.

O determinismo tecnológico que, em suas versões utópicas ou distópicas, marcou boa parte das abordagens de pesquisa até a primeira década do segundo milênio começa a arrefecer graças à experiência histórica acumulada. Segundo Raymond Williams, em seu estudo clássico sobre a televisão, “o determinismo tecnológico é uma noção insustentável, porque substitui as intenções econômicas, sociais e políticas pela autonomia aleatória da invenção ou por uma essência humana abstrata” (2016, p. 139). Esta é ressalva pouco lembrada, mas coerente com o atual estado de desenvolvimento da área que reconhece a necessidade da superação de perspectivas deterministas ou amparadas em uma percepção instrumental das tecnologias digitais em direção à percepção de que analisar uma sociedade digital é compreender seus aspectos sociotécnicos profícuos em suas dimensões culturais e envoltas em relações de poder.

Em outros termos, torna-se mais clara a necessidade de recuperar a perspectiva da moldagem social da tecnologia, a qual reconhece sua historicidade e o caráter criativo e aberto de seus usos, usos que variam socialmente e só podem ser aferidos por meio da investigação e análise de como eles se inserem nas práticas cotidianas. Nesse sentido, há visões confluentes que

apontam para uma possível agenda de pesquisa para a Sociologia Digital. No recente *Digital Sociologies* (2017), Saskia Sassen considera que é necessário refletir sobre as lógicas sociais dirigindo os usuários e as diferenças culturais do uso que dão sentido às relações mediadas digitalmente, assim como os editores do citado volume – Daniels, Gregory e Cottom – afirmam que “análises que centram apenas na capacidade técnica de comunicar ou conectar de novas maneiras deixam de fora precisamente o que as ciências sociais podem adicionar para a análise” (2017, s. p.).

Deborah Lupton (2015), por sua vez, reconhece a emergência de um subcampo digital em nossa disciplina com, ao menos, quatro frentes: (1) a consideração da prática profissional digital, ou seja, do uso de ferramentas digitais para a prática sociológica; (2) a análise dos usos da tecnologia digital nas relações sociais; (3) a emergência de dados digitais para a análise qualitativa e quantitativa; e (4) a necessidade de uma sociologia crítica digital que dê conta de uma análise reflexiva das tecnologias digitais informadas pela teoria social e cultural.

Em comum, tais fatos apontam para a problematização da chamada Web 2.0, a internet mais social, colaborativa ou baseada na suposta criação de conteúdo pelos próprios usuários. Na perspectiva de Jose Van Dijck (2016, p.93), na década de 2010 deixamos a era das conexões centradas nos interesses dos usuários compreendidos como sujeitos digitais conscientes de seus interesses e objetivos na rede e entramos na era da conectividade, na qual as relações mediadas tendem a servir aos interesses dos proprietários das plataformas de socialização.

Associar as discussões tecnológicas e de comunicação em rede ao aumento exponencial da exposição aos conteúdos da mídia de massa apresenta-se como um desafio para uma agenda de pesquisa. As relações sociais foram profundamente transformadas pelas mídias em rede impondo o desafio de reconhecer as consequências da intensificação da exposição às mídias de massa por meio das em rede, consequências íntimas e públicas que se estendem de um espectro que vai das relações amorosas, familiares até as econômicas e políticas.

Até o momento, as vertentes investigativas que atualmente podem ser compreendidas como unificáveis sob o termo Sociologia Digital trouxeram contribuições metodológicas pontuais viabilizando a incorporação das tecnologias comunicacionais em rede em diversas vertentes investigativas. Seu impacto po-

lítico e econômico tem sido explorado na última década, mas o desenvolvimento de reflexões teóricas e de um novo vocabulário conceitual encontra-se em andamento. O GT Sociologia Digital do Congresso da SBS em 2017 se inseriu nesse movimento internacional que tem originado cada vez mais pesquisas e publicações, em especial nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália.

A Sociologia Digital brasileira se desenvolve em paralelo e em diálogo com a produção internacional mais recente. No entanto, seguindo uma conhecida geopolítica do conhecimento (MISKOLCI et al, 2016), não há reconhecimento da produção brasileira em pé de igualdade pela produção anglo-saxã. O desenvolvimento e internacionalização da área poderiam contribuir não apenas no sentido de alargar as reflexões promovidas pelos pesquisadores do Norte Global, mas, considerando que a produção internacional é predominantemente marcada pelas reflexões sobre suas sociedades de origem, a Sociologia Digital brasileira pode contribuir para matizar tal disparidade.

Estudos sociológicos brasileiros recentes que lidam com a análise comparativa de usos das mídias digitais em distintos contextos nacionais (DWYER, 2015; MISKOLCI, 2017) podem servir de subsídios para o desenvolvimento de uma reflexão necessária sobre como as tecnologias digitais são pensadas e construídas a partir da experiência de determinados países, mas como são difundidas e consumidas em outros contextos que revelam usos distintos, abrindo espaço para as reflexões das relações de poder em âmbito internacional na criação das tecnologias, em sua difusão internacional, elevando em conta as tensões entre as tecnologias e os enquadramentos culturais que delineiam seus usos¹¹.

Uma agenda de pesquisa de Sociologia Digital contribuiria para a consolidação da área em nosso país em sintonia com o cenário disciplinar internacional. Tal agenda envolve, principalmente, o reconhecimento de que a criação e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede constituíram um eixo de investigação central para a maioria das áreas da disciplina com características que exigem repensar não apenas metodologias, mas também teorias e conceitos.

11 Tom Dwyer (2015) desenvolveu pesquisa comparativa sobre usos da Internet no eixo Sul-Sul, por meio de survey sobre os valores, estilos de vida e horizontes de estudantes de graduação brasileiros e chineses. Outro exemplo de pesquisa comparativa internacional, desta vez a partir de dois campos etnográficos, pode ser encontrado na produção de Miskolci (2017), abordando o uso de aplicativos para busca de parceiros online em São Paulo e em San Francisco, nos Estados Unidos.

Referências

ADELMAN, Miriam et alli. (2015), Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o(s) Outro(s) nas redes sociais. *Cadernos Pagu*, n. 44, pp. 141-170.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. (2016), Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 34, pp.315-338.

AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra. (2011), Pesquisa em Cibercultura: análise da produção científica brasileira na Intercom. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, Recife. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, v. 1, pp.1-15

ANDERSON, Benedict. (1991), *Comunidades Imaginadas*. 1. ed. Lisboa: Edições 70.

ATIQUE, Adrian. (2013), *Digital Media and Society: an introduction*. 1. ed. Cambridge: Polity Press.

BAYM, Nancy K. (2010), *Personal connections in the digital age*. 1. ed. Cambridge: Polity Press.

BELELI, Iara. (2015), O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), n. 44, pp. 91-114.

BELELI, Iara. (2016), Novos cenários: entre o “estupro coletivo” e a “farsa do estupro” na sociedade em rede. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 47, online.

BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra; SAMPAIO, Rafael Cardoso. (2012), Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. In: XXXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2012, Caxambu-MG. Anais... Online.

BURROWS, Roger; BEER, David. (2013), Rethinking space: urban informatics and the sociological imagination In: ORTON-JOHNSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives*. London: Palgrave Macmillan. E-book.

CALLON, Michel. (1987), Society in the making: the study of technology as a tool for social analysis. In: NIJKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. London: MIT Press. pp.

CARNEIRO, Ana Maria; DWYER, Tom. (2012), A pesquisa da sociabilidade online: três gerações de estudos. *Revista USP*, v. 92, p. 100-113.

CASTAÑEDA, Marcelo. (2014), *Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

- CASTELLS, Manuel. (2011), *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra.
- CASTELLS, Manuel. (2015), *O poder da comunicação*. 1. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. (2013), *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan (ed.). (2017), *Digital Sociologies*. Bristol: Policy Press.
- DIJK, Jan A. G. M. van. (2013), Inequalities in the network society. In: ORTON-JOHNSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives*. London: Palgrave Macmillan. E-book.
- DWYER, Tom. (1989), Um Salto No Escuro: Um Ensaio Interpretativo Sobre As Mudanças Técnicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, n. 4, pp. 29-44.
- DWYER, Tom. (2004), As tecnologias de informação: morte ou vida para as Ciências Humanas. *Sociologias* (UFRGS), v. 6, n. 12, pp. 328-346.
- DWYER, Tom. (2001), Inteligência Artificial. Tecnologias Informacionais e seus impactos sobre as Ciências Sociais. *Sociologias* (UFRGS), n. 5, pp. 58-79.
- DWYER, Tom. (2015), Lifestyles, Media Use, Horizons and International Student Mobility: A Survey of Chinese and Brazilian University Students. *Sociologies in Dialogue*, v. 1, pp. 32-48.
- FERREDAY, Debra. (2013), Afterword: digital relationships and feminist hope In: ORTON-JOHNSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives*. London: Palgrave Macmillan. E-book.
- GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira. (2014), Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, pp. 577-592.
- GOMES, Laura Graziela; LEITÃO, Débora Krischke. (2013), Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life. *Cronos* (Natal / Impresso), v. 12, pp. 23-38.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2014), Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>.
- JENKINS, Henry. (2009), *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the Social - An Introduction to Actor-Network-Theory*. ed. New York: Oxford University Press.
- LÉVY, Pierre. (1999), *Cibercultura*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34.

- LUPTON, Deborah. (2015), *Digital Sociology*. 1. ed. London/New York: Routledge.
- MACHADO, Jorge Alberto S. (2007), Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, n. 18, pp. 248-285.
- MCQUIRE, Scott. (2015), O direito à cidade em rede: redes digitais e espaço público urbano In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloisa; SABATINE, Thiago. *No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos do presente*. São Paulo: Annablume/FAPESP. pp. 201-224.
- MISKOLCI, Richard. (2017), *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- MISKOLCI, Richard. (2016), Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, pp. 275-297.
- MISKOLCI, Richard; CORTÊS, Soraya; SCALON, Celi; SALATA, André. (2016), Sociologies in Dialogue. *Sociologies in Dialogue*, v. 1, n. 2, pp. 1-15.
- MOWLABOCUS, Sharif. (2010), *Gaydar culture: gay men, technology and embodiment in the digital age*. ed. Farnham: Ashgate.
- NASCIMENTO, Leonardo. (2016), A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias (UFRGS)*, v. 18, pp. 216-241.
- ORTON-JOHNSON, Kate; PRIOR, Nick. (2013), *Digital Sociology: critical perspectives*. 1. ed. London: Palgrave Macmillan.
- PATTON, Natalie. (2015), *School shooting: la violence a l'ère de You Tube*. 1. ed. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme.
- PELÚCIO, Larissa. (2015), Narrativas infíeis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu (UNICAMP)*, n. 44, pp. 31-60.
- RIESMAN, David. (1967), *The Lonely Crowd: a study of changing American character*. 1. ed. New Haven/London: Yale University Press.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. (2004), Dossiê Antropologi@Web. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 21, pp. 15-319.
- SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. (2014), Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 29, pp. 63-78.
- SASSEN, Saskia. (2017), Preface. In: DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTON, Tressie McMillan (ed.). *Digital Sociologies*. Bristol: Policy Press. E-book.
- SCHAEFFER, Felicity Amaya. (2013), *Love and Empire*. 1. ed. New York: New York University Press.

- SIBILIA, Paula. (2008), *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (2014), Para analisar o poder tecnológico como poder político. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio. (org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*, v. 1. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. pp. 15-29.
- TAVARES DOS SANTOS, José-Vicente. (2001), *As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI*. Porto Alegre, s/v., pp. 114-146.
- THRIFT, Nigel. (2004), Remembering the technological unconscious by foregrounding the knowledges of position. *Environment & Planning D: Society and Space*, v. 22, n. 1, pp. 175-190.
- TURKLE, Sherry. (2011), *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. 1. ed. New York: Basic Books.
- TURKLE, Sherry. (1995), *Life on screen: identity in the age of the internet*. ed. New York: Simon & Schuster.
- VAN DIJCK, José. (2016), *La Cultura de la Conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- WILLIAMS, Raymond. (2016), *Televisão: tecnologia e forma cultural*. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Boitempo.
- WITTE, James C. (2012), A ciência social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. *Sociologias*, n. 31, pp. 52-92.